



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2022
(PROCESSO Nº 2020.0.000008947-6)

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por intermédio da Assessoria Técnica da Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **menor preço**, sob o regime de **emprego por preço global**. Esta licitação será regida pela Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 8.538/2015, pela Resolução TSE nº 23.234/2010, Resolução CNJ nº 169/2013, Resolução CNJ nº 182/2013 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, bem como condições estabelecidas neste edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DIA: 26 de maio de 2022.

HORÁRIO: 11h00 (horário de Brasília).

Endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras>

Código UASG: 070017

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **contratação de empresa para a prestação de serviços especializados na área de tecnologia da informação (TI) para a organização, o desenvolvimento, a implantação e a operação continuada de Central de Serviços (Service Desk) para atendimento e suporte técnico de 1º nível (remoto) aos usuários de soluções de TI do TRE/RJ, mediante alocação de postos de trabalho, pelo período de 24 meses**, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Edital, prevalecerão estas.

1.2. Integram o presente edital, os seguintes anexos:

ANEXO I. TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO SISTEMA DE GESTÃO DE TELEFONIA

ANEXO I.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CHAMADOS

ANEXO I.3. AMBIENTE COMPUTACIONAL DO TRE/RJ

ANEXO I.4. CALENDÁRIO DE FERIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E REGIMENTAIS DO TRE/RJ - ANO DE REFERÊNCIA : 2022

ANEXO I.5. PERFS PROFISSIONAIS

ANEXO I.6. VALORES SALARIAIS

ANEXO I.7. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

ANEXO I.8. TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE

ANEXO I.9. TERMO DE LIBERAÇÃO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

ANEXO II. REGRAS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

ANEXO III. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ANEXO IV. PLANILHA DE HORAS SUPLEMENTARES

ANEXO V. VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO

ANEXO VI. PLANILHA DE TRIBUTOS

ANEXO VII. MODELO DE PLANILHA DE DETALHAMENTO DO CUSTO DOS EPI / UNIFORMES

ANEXO VIII. DOS LIMITES DA PROPOSTA

ANEXO IX. DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANEXO X. MINUTA DE CONTRATO

2. DO PREÇO ESTIMADO

2.1. O preço global desta licitação foi estimado em **R\$ 1.632.947,59 (um milhão, seiscentos e trinta e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e nove centavos)**, sendo esse o limite máximo para a contratação.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão, observadas as condições abaixo, os interessados com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3/2018.

3.2. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital, cumprindo os requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta;

b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, caso seja microempresa ou empresa de pequeno porte/cooperativa, quando for o caso;

c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição deste subitem sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

3.3. Não poderão participar desta licitação os licitantes:

3.3.1. Impedidos de participar de licitação e celebrar contratos administrativos com este Tribunal, com a União ou declarados inidôneos perante a Administração Pública, na forma da legislação vigente.

3.3.2. Enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

3.3.3. Cuja falência tenha sido decretada, em processo de recuperação judicial, sem plano de recuperação acolhido judicialmente, em recuperação extrajudicial, em concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação.

3.3.4. Cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão.

3.3.5. Reunidos sob forma de consórcio.

3.3.6. Cooperativas de mão de obra, conforme Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União.

3.3.7. Organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP, conforme Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário.

3.3.8. Empresa tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 7º, inciso II, da Resolução do TSE nº 23.234, de 25/3/2010 e art. 2º, inciso VI, da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).

3.3.8.1. As vedações constantes no subitem 3.3.8 se estendem às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as licitações iniciadas até 6 meses após a desincompatibilização. (art. 2º, §3º da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).

3.3.8.2. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, §4º da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).

3.3.9. Empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento de membros ou juizes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (art. 7º, inciso I, da Resolução do TSE nº23.234, de 25/3/2010).

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento do licitante deverá ser realizado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, através do Portal de Compras do Governo Federal, no <https://www.gov.br/compras>, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1. O licitante deverá manter seu cadastro atualizado no SICAF.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

4.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do TRE-RJ por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. O licitante deverá encaminhar a **proposta, conforme subitem 5.2** e os **documentos de habilitação** exigidos no **item 10** deste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão.

5.1.1. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação apresentados até a abertura da sessão pública, quando será encerrada automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.2. O licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação contemplados no SICAF, desde que válidos.

5.2. A proposta de preços deverá ser elaborada em campo específico do sistema eletrônico, mediante preenchimento dos seguintes campos:

- a) preço total do item; e
- b) descrição do objeto ofertado.

5.2.1. As planilhas de custos e formação de preços previstas nos **Anexos III ao VII**, somente serão apresentadas após a fase de lances, considerando a necessidade de adequação destas ao preço final ofertado.

5.2.2. Para elaboração e preenchimento das Planilhas de Custos e Formação de Preços referentes aos **Anexos III ao VII**, deverão ser observadas as regras contidas no **Anexo II** do Edital.

5.2.3. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto da contratação.

5.2.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo SIMPLES NACIONAL, a proposta de preços deverá vir adequada ao regime de tributação que será adotado durante a contratação, considerando a vedação de adoção desse regime nos serviços que envolvam locação de mão de obra (art. 17, inciso XII da Lei Complementar nº 123/2006).

5.2.5. A comprovação da exclusão do Regime do Simples Nacional pela empresa ocorrerá no momento da assinatura do contrato.

5.3. Os valores unitários e totais ofertados deverão observar o limite de 2 casas decimais após a vírgula, podendo o pregoeiro solicitar ao licitante a adequação do preço final ofertado, na fase de aceitação.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Na etapa prevista neste item, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de negociação e julgamento da proposta.

5.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances, ocasião em que poderá ser solicitada documentação complementar para confirmação daqueles já apresentados.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da sessão pública será realizada pelo pregoeiro na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, através do sítio: <https://www.gov.br/compras>.

6.2. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

6.3.1. O pregoeiro poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.4. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da etapa de envio de lances.

6.5. O pregoeiro se comunicará com os licitantes através de campo próprio do sistema.

7. DO ENVIO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

7.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo **preço total do item**.

7.2. O licitante somente poderá oferecer preço inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.3. Será adotado para o envio de lances o **modo de disputa “aberto e fechado”**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.3.1. A etapa de lances terá duração **15 minutos e**, após o término desse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento aleatório no período de até **10 minutos**, encerrando automaticamente a recepção de lances.

7.3.2. Encerrado o prazo aleatório de até **10 minutos**, o sistema concederá oportunidade para que o autor da oferta de preço mais baixo e os autores das ofertas com preços **até 10% superiores** àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.3.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições do subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até **5 minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.3.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances automaticamente.

7.3.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.3.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.6. Se durante a etapa de lances, o pregoeiro perder a conexão com o sistema, e este permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6.1. Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a **10 minutos**, a sessão do pregão será suspensa e somente poderá ser reiniciada após **24 horas** da comunicação do fato aos licitantes no sistema.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Após a etapa de lances, nos itens/lotes cuja participação NÃO seja exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.2. Serão consideradas empatadas as propostas das microempresas ou empresas de pequeno porte iguais ou até 5% superiores ao menor preço, procedendo-se ao desempate da seguinte forma:

8.2.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame, mediante convocação automática do sistema, no prazo de **5 minutos**.

8.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte convocada não exerça o direito previsto no subitem anterior, serão convocadas as demais que se enquadrem na hipótese do subitem 8.2, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

8.2.3. No caso de equivalência dos preços ofertados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese do subitem 8.2, o sistema realizará um sorteio entre elas, convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

8.2.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 minutos**, terá precludido o direito previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

8.3. Havendo empate entre propostas ou lances e ausência de desempate de ME/EPP, aplicar-se-á o critério de desempate do no art. 3º, §2º da Lei nº 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

- a) prestados por empresas brasileiras;
- b) prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.4. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteadá pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Após a etapa de envio de lances, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o melhor preço para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação de condições diferentes das previstas no edital.

9.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro convocará o licitante classificado em primeiro lugar para encaminhar, no **prazo máximo de 3 horas**, a contar da convocação do anexo no sistema, proposta de preços adequada ao lance final ofertado ou preço negociado e os seguintes documentos complementares, sob pena de recusa da proposta:

- planilhas de formação de preços ajustadas ao lance final, conforme **Anexos II, III, IV, V, VI e VII** do Edital, devendo observar as condições estabelecidas nos **Anexos II e VIII** do Edital;
 - cópia do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional utilizada na elaboração da proposta, indicando a respectiva data base e vigência, e respectivo Código Brasileiro de Ocupações – CBO ou a sua indicação na planilha de custo e formação de preços;
 - cópia da GFIP ou outro documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), para fins de comprovação do RAT X FAP;
 - cópia do recibo de entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, ou outro documento expedido pela Secretaria da Receita Federal, para fins de comprovação do regime de tributação;
- 9.2.1. Para o preenchimento da planilha do **Anexo VI** deverão ser considerados os dados referentes a “faturamento mensal” e créditos apurado/descontado” extraídos do documento de Registros Fiscais – Consolidações das Operações por Código da Situação Tributária e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições, devendo apresentar ainda, os seguintes comprovantes:
- cópias dos registros fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária (CST) referentes aos 12 meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o faturamento mensal;
 - cópias dos recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições referentes aos 12 meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o crédito apurado/descontado de PIS e COFINS; e
 - cópia das fichas extraídas do sistema informatizado da Secretaria de Receita Federal do Brasil referentes ao resumo mensal de apuração de PIS e COFINS, nas quais constem o montante dos créditos descontados e o valor líquido da contribuição devida.

9.3. As propostas serão examinadas quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação aos limites máximos estipulados no **Anexo VIII** do Edital, observado o critério de julgamento adotado será o **menor preço total**.

9.4. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de outros setores do TRE-RJ para orientar sua decisão.

9.5. Erros no preenchimento da planilha de formação de preços não ensejam a desclassificação da proposta quando a mesma puder ser ajustada sem a majoração do preço final ofertado e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

9.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.7. Não serão aceitas propostas com preço superior ao máximo estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.8. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação do licitante será verificada pelo pregoeiro através de consulta ao SICAF (níveis de cadastro I, II, III e VI) e da documentação especificada neste item, conforme o caso.

10.1.1. Os documentos que não estiverem contemplados no SICAF ou que estejam com a validade vencida, deverão ser anexados ao sistema, no momento de cadastramento da proposta, conforme **item 5** deste Edital.

10.1.2. Somente poderão ser enviados posteriormente, os documentos complementares necessários à confirmação dos documentos de habilitação exigidos neste item e apresentados na forma do **item 5**.

10.2. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será exigido:

10.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social).

10.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS).

10.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

10.3. Para fins de comprovação da qualificação técnica será exigido:

10.3.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços compatíveis com a execução de Central de Serviços de Suporte na área de Tecnologia da Informação, por meio de mão de obra por posto de trabalho, com um mínimo de 7 postos e por período não inferior a 2 anos, com abrangência de mais de 1500 usuários, mais de 1300 estações de trabalho (microcomputadores e/ou notebooks) e com gestão de, pelo menos, 5 das disciplinas ITIL V3 relacionadas abaixo:

- Gerenciamento de Incidente;
- Cumprimento de Requisição de Serviço;
- Gerenciamento de Configurações e Ativos de Serviço;
- Gerenciamento do Catálogo de Serviço;
- Gerenciamento de Nível de Serviço;
- Gerenciamento de Conhecimento;
- Gerenciamento de Eventos.

10.3.1.1. Deverão ser atendidos os dois requisitos de quantidade e período simultaneamente.

10.3.1.2. Será aceito o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovação do quantitativo de postos de trabalho.

10.3.1.3. Será aceito o somatório de atestados para comprovação do período mínimo de 1 ano, contudo os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

10.3.1.4. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior ou se foram objeto de prorrogação contratual.

10.3.1.5. Os licitantes deverão disponibilizar, caso seja solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

10.3.1.6. Considera-se que "Central de Serviços de Suporte", "Central de Serviços de TI", "Help Desk" e "Service Desk" são termos equivalentes, no contexto desta contratação.

10.4. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira será exigido:

10.4.1. Certidão Negativa de Falência e/ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.4.2. Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 meses da data de apresentação da proposta.

10.4.2.1. A boa situação da empresa deverá ser comprovada através dos seguintes requisitos:

- índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG) superiores a 1 (um);
- capital circulante líquido (CCL) ou capital de giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação; e
- patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor total estimado para a contratação, exigível somente quando o licitante apresentar os índices da alínea "a" iguais ou inferiores a 1.

10.4.3. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo do **Anexo IX** do edital, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data de apresentação da proposta, não é superior ao patrimônio líquido do licitante, que poderá ser atualizado na forma disciplinada no **subitem 10.4.2** do edital.

10.4.3.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, e caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na DRE seja superior a 10%, para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar as devidas justificativas.

10.5. O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas no **subitem 3.3**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

II. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNJ;

III. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS – Portal da Transparência; e

IV. Sistema de Inidôneos do TCU.

10.5.1. As consultas de licitantes pessoa jurídica, previstas nos incisos II, III e IV, poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada da Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.5.3. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.6. Caso conste no SICAF a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas do licitante, o pregoeiro diligenciará para verificar se há indícios de fraude, por meio de vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros fatores.

10.6.1. Havendo indícios suficientes, o pregoeiro submeterá os autos para análise da autoridade superior, sendo assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa.

- 10.6.2. Constatada burla à Lei de Licitações, a autoridade superior procederá à desconsideração da personalidade jurídica, sendo o licitante inabilitado no certame, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 10.7. O pregoeiro poderá consultar sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, o que constitui meio de prova, para fins de habilitação dos licitantes.
- 10.8. Caso o licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio da filial, deverá informar o CNPJ desse estabelecimento na proposta, visando à comprovação de sua regularidade fiscal.
- 10.8.1. Se o estabelecimento não for cadastrado ou encontrar-se irregular perante o SICAF, o licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste, no prazo e na forma estabelecidos no **item 5**.
- 10.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de **5 dias úteis** para regularização da documentação, com a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação.
- 10.9.1. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado mediante requerimento do licitante, devidamente justificado, podendo ser concedido a critério deste Tribunal.
- 10.9.2. A não regularização da documentação nos prazos previstos acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 10.10. Em caso de dúvida em relação a documento digital apresentado durante certame, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas, no prazo de **3 dias úteis**.
- 10.11. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
- 10.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema.
- 11.1.1. Havendo intenção, o pregoeiro verificará as condições de admissibilidade do recurso quanto à tempestividade e à motivação, admitindo ou não o recurso, justificadamente.
- 11.2. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 dias**, ficando os demais licitantes intimados, se desejarem, para apresentarem suas contrarrazões, através sistema, no prazo de **3 dias**, contado da data final do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 11.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1 Não se aplica a esta licitação.

14. DA CONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

- 14.1. Após a homologação da licitação, será firmado contrato, conforme **Anexo X** do Edital.
- 14.2. O prazo para assinatura do contrato será de, no máximo, **5 dias úteis**, contados da convocação deste Tribunal para a sua formalização, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.
- 14.2.1. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ.
- 14.3. Para assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar procuração do representante legal da empresa e/ou contrato social e documento de identidade, que terão sua autenticidades verificadas.
- 14.4. Será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 14.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá comprovar, na assinatura do contrato, a sua exclusão do Regime do Simples Nacional.
- 14.6. Na hipótese da empresa vencedora não assinar o contrato, o pregoeiro convocará outro licitante em nova sessão pública, na ordem de classificação, para examinar a proposta e requisitos de habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 14.7. A contratada deverá apresentar garantia, no prazo de até **10 dias úteis** da assinatura do contrato, no valor equivalente a **5%** do valor total deste, podendo-se optar pelas seguintes modalidades:
- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.
- 14.7.1. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.
- 14.7.2. A validade da garantia deverá englobar o prazo do total de vigência do contrato e mais **90 dias** após o seu término.
- 14.8. Caso haja demora na apresentação do documento que represente a garantia, a contratante estará autorizada a promover a glosa em fatura no valor da garantia a ser prestada, ficando registrado o valor em conta contábil própria, podendo ser substituída por outro instrumento válido de caução, hipótese em que será imediatamente creditado o valor glosado na conta bancária da contratada.
- 14.9. A garantia somente será liberada após a execução total do contrato, com o devido atesto do órgão gestor, ante a comprovação de que a contratada bem e fielmente executou o objeto e pagou todas as verbas trabalhistas, inclusive as rescisórias. Caso esse pagamento não ocorra após o encerramento da vigência contratual, a garantia será resgatada para o pagamento das referidas verbas diretamente pelo Tribunal.
- 14.9.1. A garantia deverá prever que a instituição garantidora atenderá ao disposto no item anterior, caso haja solicitação de resgate por parte do Tribunal.
- 14.10. A garantia deverá cobrir o inadimplemento pelo pagamento de todas as verbas decorrentes da rescisão do contrato de trabalho, inclusive aquelas decorrentes da extinção do contrato de prestação de serviços celebrado entre este Tribunal e a empresa.
- 14.11. A garantia não poderá excluir de sua cobertura o pagamento de multas contratuais, verbas trabalhistas e previdenciárias ou a cobertura de prejuízos e demais penalidades causados ou relacionados a atos ou fatos violadores de normas de anticorrupção que tenham sido provocados exclusivamente pelo tomador ou seu representante, sem o concurso do segurado ou seu representante.
- 14.12. A garantia legal prestada deverá ser adequada como condição para acréscimos, supressões e eventuais reajustes e repactuações.
- 14.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 dias úteis**, contados da data em que for notificada.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até **5 anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:
- I - não assinar o contrato ou ata de registro de preços;
- II - não entregar a documentação exigida no edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;
- V - não mantiver a proposta;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - fraudar a execução do contrato;
- VIII - comportar-se de modo inidôneo;
- IX - declarar informações falsas; e
- X - cometer fraude fiscal.
- 15.2. Nas contratações por meio do sistema de registro de preços, as disposições acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada por este Tribunal.
- 15.3. Poderão ser aplicadas à contratada as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 de forma subsidiária.
- 15.4. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes, as circunstâncias e os antecedentes da contratada.
- 15.5. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.
- 15.6. A responsabilidade por atos praticados no decorrer da contratação contra-se prevista no Termo de Referência.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

16.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados a este Tribunal até às 19h00 do 3º dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico: licita@tre-rj.jus.br.

16.2. O pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidirá sobre os pedidos de esclarecimentos e sobre a impugnação no prazo de 2 dias úteis, contado da data do recebimento de ambos.

16.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital.

16.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.5. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações serão divulgadas no sistema eletrônico e na página do TRE-RJ e vincularão os participantes e a Administração.

16.6. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DO PAGAMENTO

17.1. Conforme regras definidas na Minuta de Contrato.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A Assessoria Técnica de Licitação, localizada na Av. Presidente Wilson, nº 194, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.030-021, está disponível para atendimento ao público, em dias úteis, no horário de 11h00 a 19h00, através dos telefones: (21) 3436-8155 / 8156 / 8157 ou e-mail: licita@tre-rj.jus.br.

18.1.1. O atendimento presencial encerra-se às 17h00, conforme art. 2º do Ato Conjunto PR-VPRE nº 01, de 06/01/2022.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

18.3. Os horários estabelecidos no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

18.4. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784/1999.

18.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base nos princípios e na legislação em vigor.

18.6. O TRE poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 50 do Decreto 10.024/2019.

18.7. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro.

OS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII ESTÃO DISPONIBILIZADOS APÓS A MINUTA DE CONTRATO.

CATSER: 26980

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ANEXO IX

Declaro que a empresa....., inscrita no CNPJ (MF) nº....., inscrição estadual nº....., situada na....., possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa Vigência do Contrato Valor total do Contrato*

_____	_____
_____	_____
_____	_____

Valor total dos Contratos R\$ _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Obs.1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Obs.2: A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante. O resultado deverá ser superior a 1 (um).

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos}} \times 12 > 1$$

Obs 3.: Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e a declaração apresentada seja superior a 10% (dez por cento) para mais ou para menos em relação a receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 =$$

MINUTA DE CONTRATO – ANEXO X

CONTRATO Nº...../..... QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, E.....PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) PARA A ORGANIZAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO, A IMPLANTAÇÃO E A OPERAÇÃO CONTINUADA DE CENTRAL DE SERVIÇOS (SERVICE DESK) PARA ATENDIMENTO E SUPORTE TÉCNICO DE 1º NÍVEL (REMOTO) AOS USUÁRIOS DE SOLUÇÕES DE TI DO TRE/RJ, MEDIANTE ALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, PELO PERÍODO DE 24 MESES.

CONTRATANTE: União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 198, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 06.170.517/0001-05, representado pelo(a) Diretor(a)-Geral, de acordo com a delegação de atribuições contidas no Ato do Gabinete da Presidência nº 388/2021

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na (inserir endereço completo), representada por (inserir nome completo), portador da Carteira de Identidade (citar doc. SEI), expedida pelo (órgão expedidor/unidade da federação), e CPF (citar doc. SEI), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (procuração/contrato social/estatuto social).

As CONTRATANTES resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 30/2022, instruído através do processo TRE nº 2020.0.000008947-6, com fundamento nas Leis nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002, e vinculado ao Edital e anexos, bem como à proposta vencedora, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços especializados na área de tecnologia da informação (TI) para a organização, o desenvolvimento, a implantação e a operação continuada de Central de Serviços (Service Desk) para atendimento e suporte técnico de 1º nível (remoto) aos usuários de soluções de TI do TRE/RJ, mediante alocação de postos de trabalho, pelo período de 24 meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- 1.2. O objeto será executado em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

- 2.1. O valor do presente contrato é de R\$(.....).
- 2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa desta contratação para o exercício de, no valor de R\$, correrá por conta do Elemento 33.90.40 – Suporte a usuários de TIC, relativo ao Programa de Trabalho Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral e Pleitos Eleitorais, do Orçamento do TRE/RJ, conforme Nota de Empenho nº ____/____, de ____/____/____, ficando a despesa no valor de R\$..... (.....) a ser empenhada no exercício de ____ , à conta das dotações previstas para atenderem as despesas de mesma natureza.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

- 4.1. O presente contrato terá vigência de ____/____/____ a ____/____/____, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

- 5.1. A contratada deverá apresentar garantia, no prazo de até **10 dias úteis** da assinatura do contrato, no valor equivalente a **5%** do valor total deste, podendo-se optar pelas seguintes modalidades:
- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - b) seguro-garantia;
 - c) fiança bancária.
- 5.1.1. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.
- 5.1.2. A validade da garantia deverá englobar o prazo do total de vigência do contrato e mais **90 dias** após o seu término.
- 5.2. Caso haja demora na apresentação do documento que represente a garantia, a contratante estará autorizada a promover a glosa em fatura no valor da garantia a ser prestada, ficando registrado o valor em conta contábil própria, podendo ser substituída por outro instrumento válido de caução, hipótese em que será imediatamente creditado o valor glosado na conta bancária da empresa.
- 5.3. A garantia somente será liberada após a execução total do contrato, com o devido atesto do órgão gestor, ante a comprovação de que a contratada bem e fielmente executou o objeto e pagou todas as verbas trabalhistas, inclusive as rescisórias. Caso esse pagamento não ocorra após o encerramento da vigência contratual, a garantia será resgatada para o pagamento das referidas verbas diretamente pelo Tribunal.
- 5.4. A garantia deverá prever que a instituição garantidora atenderá ao disposto no item anterior, caso haja solicitação de resgate por parte do Tribunal.
- 5.5. A garantia deverá cobrir o inadimplemento pelo pagamento de todas as verbas decorrentes da rescisão do contrato de trabalho, inclusive aquelas decorrentes da extinção do contrato de prestação de serviços celebrado entre este Tribunal e a empresa.
- 5.6. A garantia não poderá excluir de sua cobertura o pagamento de multas contratuais, verbas trabalhistas e previdenciárias ou a cobertura de prejuízos e demais penalidades causados ou relacionados a atos ou fatos violadores de normas de anticorrupção que tenham sido provocados exclusivamente pelo tomador ou seu representante, sem o concurso do segurado ou seu representante.
- 5.7. A garantia legal prestada deverá ser adequada como condição para acréscimos, supressões e eventuais reajustes e repactuações.
- 5.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 dias úteis**, contados da data em que for notificada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 6.1. DO CONTRATANTE:
- 6.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas.
 - 6.1.2. Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, fixando prazo para seja sanado o problem.
 - 6.1.3. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do Edital e seus anexos.
- 6.2. DA CONTRATADA:
- 6.2.1. Executar o objeto deste Contrato conforme as determinações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.
 - 6.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.
 - 6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
 - 6.2.4. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.
 - 6.2.5. Não subcontratar, ressalvados os casos de subcontratação parcial do objeto, quando autorizado pela Administração.
 - 6.2.6. Exigir os prestadores de serviço observem as disposições constantes no Código de Ética do TRE-RJ, instituído por meio da Resolução nº948/2016 (acessível em www.tre-rj.jus.br - Legislação - Normas do TRE-RJ – Resoluções do TRE-RJ - selecione ano: 2016 e palavra chave: 948).
 - 6.2.7. Autorizar ao Contratante o acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto deste contrato, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021.
 - 6.2.8. Comunicar ao Contratante, em até 24 horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.
- 6.3. OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES:
- 6.3.1. As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
 - 6.3.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
 - 6.3.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS

- 7.1. O TRE/RJ, em observância à Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 169/2013, efetuará a retenção dos valores referentes às provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e fundiários previstos na tabela abaixo, que serão deduzidos do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositados em conta-depósito vinculada (bloqueada para movimentação), aberta em nome da contratada e por contrato, unicamente para essa finalidade.

ENCARGOS TRABALHISTAS A SEREM RETIDOS	PERCENTUAL
---------------------------------------	------------

I - férias	8,33%
II - 1/3 constitucional	2,78%
III - 13º salário	8,33%
IV - multa de FGTS por dispensa sem justa causa	4,36%
V - incidência de encargos previdenciários (INSS/ SESI/ SESC/ SENAI/ SENAC/ INCRA/ SALÁRIO EDUCAÇÃO/ FGTS/ RAT+FAT/ SEBRAE dentre outros) e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	conforme proposta da empresa

- 7.2. O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores relativos aos percentuais dos encargos trabalhistas previstos na tabela acima.
- 7.2.1. As retenções serão realizadas com base no número de postos de trabalho efetivamente preenchidos no mês da prestação do serviço, conforme informação da fiscalização do contrato.
- 7.2.2. As retenções dos percentuais de férias, 1/3 constitucional e 13º salário serão realizadas quando, no mês da prestação do serviço, houver postos de trabalho efetivamente preenchidos por período igual ou superior a 15 dias.
- 7.2.3. A retenção do percentual da multa de FGTS por dispensa sem justa causa não será realizada para os postos comprovadamente preenchidos por empregados com contrato de trabalho temporário ou por prazo determinado, sem cláusula assecuratória de direito recíproco de rescisão.
- 7.2.4. Caberá à contratada o encaminhamento da comprovação do enquadramento previsto no subitem anterior dentro do prazo firmado para a entrega das documentações relacionadas à liquidação da despesa.
- 7.2.5. Nos casos de rescisão de contrato de trabalho por morte do empregado, o Tribunal restituirá à contratada os valores retidos na rubrica de multa sobre o saldo do FGTS.
- 7.2.6. Nos casos de rescisão de contrato de trabalho com indenização de férias não gozadas, e o respectivo 1/3 constitucional, integrais ou proporcionais, o Tribunal restituirá à contratada o valor equivalente à retenção dos encargos incidentes sobre esta rubrica, mediante apresentação dos termos rescisórios.
- 7.3. O TRE/RJ providenciará a abertura de conta-depósito vinculada (bloqueada para movimentação) no Banco do Brasil S/A, em nome da contratada, após assinatura do contrato.
- 7.4. O TRE/RJ notificará a contratada para assinatura, no prazo de 20 dias, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada (bloqueada para movimentação) e de termo específico do Banco do Brasil S/A que permita ao Tribunal ter acesso a saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização, através de ofício.
- 7.4.1. O descumprimento do prazo previsto no subitem anterior sujeitará a contratada à sanção prevista no item 18, inciso VIII do Termo de Referência - Anexo I do edital, restando ainda o pagamento da primeira nota fiscal documental à comprovação do cumprimento desta obrigação.
- 7.4.2. O valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da conta-depósito vinculada (bloqueada para movimentação) deverão ser incluídos na taxa de administração constante na proposta de preços da contratada e será retido do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositado referida conta-corrente vinculada.
- 7.4.3. O Banco do Brasil S/A descontará mensalmente da conta vinculada a tarifa de R\$21,00 (vinte e um reais) que estará sujeito aos reajustes da tabela de preços dos Planos de Serviços do referido banco.
- 7.5. A verificação dos percentuais das rubricas indicadas na tabela acima, o acompanhamento, o controle, a conferência dos cálculos efetuados, a confirmação dos valores e da documentação apresentada e demais verificações pertinentes, bem como a autorização para movimentar a conta-depósito vinculada (bloqueada para movimentação), serão efetuados pelo TRE-RJ.
- 7.6. Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas na legislação própria.
- 7.7. Os saldos da conta-depósito vinculada (bloqueada para movimentação) serão remunerados diariamente pelo índice da poupança.
- 7.8. A liberação de recursos existentes em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação dependerá de autorização do TRE/RJ e será realizada exclusivamente para o pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias previstos no subitem 7.1.
- 7.9. A contratada poderá solicitar autorização deste TRE-RJ, mediante documento padrão a ser disponibilizado, visando:
- I - resgatar da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas rubricas indicadas no subitem 7.1, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela contratada para prestação dos serviços contratados;
- II - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada (bloqueada para movimentação), diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 7.1.
- 7.10. Não serão liberados recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação para o resgate ou a movimentação referentes a empregados substitutos.
- 7.11. Os valores a serem resgatados deverão observar a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação de serviço por força do contrato firmado entre o Tribunal e a contratada.
- 7.12. Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, conforme previsto no subitem 7.9, a contratada, após pagamento das verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, deverá apresentar à Coordenadoria de Formação e Gestão de Contratos, os documentos comprobatórios do efetivo pagamento a cada empregado, conforme o caso, descritos abaixo:
- I - Férias e 1/3:
- a) aviso prévio de férias;
- b) recibo de férias assinado pelo empregado e comprovante bancário do depósito efetuado na conta bancária do empregado;
- c) GFIP (Conectividade Social, RE, RET, Rubrica FPAS, Relatórios analíticos GPS e GRF, com as respectivas Guias GPS e GRF e os comprovantes de pagamento) original e retificadora, se houver, do(s) mês(es) em que houve fruição das férias;
- d) DCTFWEB (DARF e respectivo comprovante de pagamento, Recibo de Entrega da Declaração, Relatório de Débitos, Relatório Resumo de Débitos, Relatório de Créditos, Relatórios Resumo de Créditos, Relatório de Créditos por documento - exclusão, suspensão, parcelamento e compensação -, se houver, e Evento de retorno S5001 dos prestadores lotados neste TRE/RJ) original e retificador, se houver, do(s) mês(es) em que houve fruição das férias
- II - 13º Salário:
- a) folha de pagamento da 1ª e 2ª parcela do 13º salário e seus comprovantes bancários do depósito efetuado na conta bancária do empregado;
- b) GFIP (Conectividade Social, RE, RET, Rubrica FPAS, Relatórios analíticos GPS e GRF, com as respectivas Guias GPS e GRF e os comprovantes de pagamento) original e retificadora, se houver, do mês de pagamento da 1ª e 2ª parcela e competência 13;
- c) DCTFWEB (DARF e respectivo comprovante de pagamento, Recibo de Entrega da Declaração, Relatório de Débitos, Relatório Resumo de Débitos, Relatório de Créditos, Relatórios Resumo de Créditos, Relatório de Créditos por documento - exclusão, suspensão, parcelamento e compensação -, se houver, e Evento de retorno S5001 dos prestadores lotados neste TRE/RJ) original e retificador, se houver, do mês de pagamento da 1ª e 2ª parcela e competência anual
- III - Rescisão:
- a) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) / Termo de Quitação da Rescisão, devidamente assinado e homologado pelo sindicato da categoria, quando exigível;
- b) comprovante bancário de depósito efetuado na conta bancária do empregado, relativo ao valor líquido do Termo de Rescisão;
- c) GFIP (Conectividade Social, RE, RET, Rubrica FPAS, Relatórios analíticos GPS e GRF, com as respectivas Guias GPS e GRF e os comprovantes de pagamento) original e retificadora, se houver, do mês da rescisão do contrato de trabalho;
- d) DCTFWEB (DARF e respectivo comprovante de pagamento, Recibo de Entrega da Declaração, Relatório de Débitos, Relatório Resumo de Débitos, Relatório de Créditos, Relatórios Resumo de Créditos, Relatório de Créditos por documento - exclusão, suspensão, parcelamento e compensação -, se houver, e Evento de retorno S5001 dos prestadores lotados neste TRE/RJ) original e retificador, se houver, do mês da rescisão do contrato de trabalho;
- e) guia do recolhimento rescisório do FGTS-GRRF com o seu comprovante de pagamento e demonstrativo do trabalhador, quando houver;
- f) extrato atualizado do recolhimento do FGTS.
- 7.12.1. A autorização para resgate da conta-depósito vinculada, de que trata o subitem 7.9, após a comprovação do pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias retidas, deverá ser encaminhada ao banco público, no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela contratada.
- 7.12.2. Na situação descrita no inciso II do subitem 7.9, o TRE/RJ solicitará ao Banco do Brasil S/A que, no prazo de 10 dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.
- 7.13. Para movimentar os recursos das verbas trabalhistas constantes na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, conforme previsto no inciso II do subitem 7.9, a contratada deverá solicitar, por escrito, autorização, no prazo mínimo de 30 dias, antes da data limite para liberação do valor na conta do empregado.
- 7.13.1. Nessa hipótese, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:
- I - Férias e 1/3:
- a) aviso de férias e recibo de férias, com indicação do nome do empregado e dos valores das férias e do 1/3 constitucional a serem pagos, nº do CPF, o nº e nome do banco, da agência e da conta corrente do empregado;
- II - 13º Salário:
- a) folha de pagamento do 13º salário, com indicação do nome do empregado, do nº do CPF, do nº do banco, o nº da agência e da conta corrente do empregado e o valor a ser pago.
- III - Rescisão:

- a) termo de rescisão de contrato de trabalho, contendo nome do empregado, CPF, o nº e nome do banco, agência, conta corrente e o valor a ser pago;
- b) comprovante do recolhimento do INSS incidente sobre as verbas rescisórias;
- c) comprovante do depósito do FGTS incidente sobre as verbas rescisórias;
- d) comprovante de recolhimento da multa do FGTS, quando houver.

7.13.2. Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a contratada e o empregado alocado na execução do contrato há mais de 12 meses e a contratada optar pela hipótese do inciso II do subitem 7.9, o Tribunal deverá requerer, por meio da contratada, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho, a fim de verificar a correção dos termos de rescisão do contrato de trabalho.

7.13.3. Caso o sindicato exija a realização do pagamento antes da prestação da assistência, a contratada poderá adotar um dos procedimentos indicados nos incisos do subitem 7.9, devendo, no caso de optar pela forma descrita no inciso II, apresentar ao Tribunal, no prazo de 10 dias úteis a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do empregado, a documentação devidamente homologada pelo sindicato e o comprovante de depósito realizado na conta dos beneficiários.

7.14. A liberação do saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação após o encerramento do contrato dependerá de:

I - Solicitação formal da contratada;

II - Comprovação da dispensa dos empregados e da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários que tiverem atuado na execução do contrato e forem dispensados ao término de sua vigência.

III - comprovação da dispensa dos empregados e da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários que forem realocados pela contratada em outros contratos após o término da vigência do contrato com o Tribunal.

7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a liberação será na proporção entre o tempo que o empregado esteve vinculado ao contrato com o Tribunal e o tempo total de vínculo com a contratada.

7.15. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada– bloqueada para movimentação–, será liberado à contratada no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. A contratada deverá encaminhar à fiscalização do contrato, no **1º dia útil após o encerramento do período de medição**, as respectivas folhas de ponto dos terceirizados ou relatório(s) extraído(s) de sistema eletrônico de registro de frequência.

8.1.1. No prazo de até **5 dias úteis do recebimento das folhas de ponto**, a fiscalização do contrato enviará à contratada a planilha de medição de serviços - PMS, contendo o resumo da apuração de presença dos terceirizados.

8.1.2. Nos meses de 31 dias, não são computados, para efeito de cálculo da medição, o dia 31 de cada mês.

8.1.3. A folha de ponto ou relatório emitido por sistema eletrônico de frequência deverá ser, necessariamente, do 1º ao último dia do mês em análise.

8.2. Até **5 dias úteis contados do recebimento da PMS**, a contratada emitirá a **nota fiscal**, em conformidade com a planilha de medição de serviços e a encaminhará à fiscalização, acompanhada dos comprovantes de pagamento de salário, vale transporte e auxílio-alimentação, da folha de pagamento, todos referentes ao mês da medição, na forma de documentos impressos e de arquivos gravados em mídia digital.

8.2.1 A documentação será obrigatoriamente conferida e recebida pelo servidor designado para acompanhar a execução do contrato.

8.2.2. A nota fiscal deverá conter a indicação sobre o enquadramento da empresa na Lei de Desoneração nº 11.774/2008, indicando o percentual de retenção de INSS, bem como informando se o ISS foi ou não recolhido no município tomador, conforme Lei Complementar nº 116/2003, observadas as disposições legais e a planilha de custos e formação de preços apresentada pela contratada durante a licitação.

8.2.3. Quando o contratado for optante pelo Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), para que não sofra a retenção de tributos, a nota fiscal deverá vir acompanhada da declaração de Optante pelo Simples, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB 1.234/2012 com a redação dada pela IN RFB 1.244/12.

8.2.4. A nota fiscal será analisada quanto aos itens a seguir descritos:

- a) correlação entre os valores indicados na nota fiscal com o da proposta da empresa;
- b) ausência de emendas ou rasuras na nota fiscal;
- c) análise quanto a data-limite de utilização da nota fiscal, caso não seja nota fiscal eletrônica;
- d) correto preenchimento dos dados do TRE/RJ (nome, CNPJ) e da discriminação dos serviços;
- e) o valor total deverá corresponder ao somatório dos valores individuais descritos;
- f) correlação entre o valor da nota fiscal e os valores empenhados;
- g) correlação entre o CNPJ da contratada e o constante na proposta e na nota de empenho;

8.2.5. Na hipótese da contratada encaminhar Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE como documento de cobrança de prestação de serviços, deverá ser disponibilizado também o arquivo digital da Nota Fiscal Eletrônica-NF-e e o seu respectivo protocolo de Autorização de Uso, antes da ocorrência do fato gerador.

8.2.5.1. A validade e a autenticidade da NF-e e a existência da Autorização de Uso da NF-e deverão ser verificadas, conforme cláusula décima do AJUSTE SINIEF 07/05.

8.2.6. Caso a nota fiscal apresente valor inferior ao correto a faturar, será dado prosseguimento à liberação da mesma, sendo a contratada cientificada da divergência ocorrida. Caso o valor seja superior ao correto a faturar, a contratada será instada a se manifestar quanto à autorização para a glosa da diferença apurada ou para promover substituição da nota fiscal, firmando-se o prazo máximo de **3 dias úteis** para atendimento.

8.2.7. A contratada encaminhará, juntamente com a fatura mensal, relatório sobre a origem e subscrição de quaisquer descontos facultativos ou obrigatórios incidentes sobre os salários dos empregados, acompanhado da documentação comprobatória.

8.3. A fiscalização terá o prazo de 2 dias úteis para atestar a prestação dos serviços descritos na nota fiscal e encaminhá-la para liquidação e pagamento, junto com a planilha de medição de serviços e os documentos relacionados no **subitem 8.2**.

8.3.1. Caso não seja possível atestar a nota fiscal, a fatura será devolvida à contratada, e o prazo referido no **subitem 8.4** retornará à contagem inicial.

8.4. O pagamento será realizado no prazo de **30 dias**, contados do atesto da nota fiscal, mediante ordem bancária creditada em conta corrente.

8.4.1. Será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

8.4.2. O não encaminhamento pela contratada de quaisquer dos documentos mencionados, nos prazos estipulados, suspenderá a contagem de prazo de pagamento e poderá constituir inadimplemento contratual.

8.4.3. No caso de atraso no pagamento provocado, exclusivamente, pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

8.5. A contratada encaminhará à Coordenadoria de Formação e Gestão de Contratos - COFOR, **até o 23º dia do mês subsequente** ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos complementares:

8.5.1. **Guia do recolhimento do fundo de garantia do tempo de serviço e informações social - GPFIP**, modelo branco e eventuais retificadoras, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Protocolo de envio de arquivos emitido pela conectividade social, cujo NRA deverá corresponder aos NRA dos demais documentos da GFIP;
- b) Comprovante de declarações das contribuições a recolher à previdência social e outras entidades e fundos por FPAS;
- c) Relação de tomador/obra - RET;
- d) Relação de trabalhadores - RE, com identificação do TRE-RJ e respectivo CNPJ, contendo nome de todos os prestadores de serviço identificados na folha de pagamento;
- e) Relatório analítico da GRF e da GPS;
- f) Guias e comprovantes de depósito do FGTS e de recolhimento da previdência social - GPS;
- g) Documentos rescisórios ou informações referentes à realocação de funcionário vinculado ao contrato com o TRE-RJ, no caso de haver desligamentos no mês de medição.

8.5.2. **Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTFWEB - modelo original e eventuais retificadoras, acompanhada dos seguintes documentos:**

- a) Documento de Arrecadação da Receita Federal - DARF;
- b) Comprovante de pagamento do DARF;
- c) Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários;
- d) Relatório de débitos;
- e) Relatório Resumo de Débitos;
- f) Relatório de Créditos;
- g) Relatório Resumo de Créditos;
- h) Relatório da Declaração Completa;
- i) Relatório de Créditos por documento (exclusão, suspensão, parcelamento e compensação);
- j) Pagamento de retorno S5001 do e-Social relativo aos prestadores lotados neste TRE/RJ.

8.6. O pagamento referente ao **último mês de prestação dos serviços** estará condicionado, ainda, à comprovação do cumprimento das obrigações rescisórias e o prazo para sua conclusão será de **15 dias úteis**, a contar da apresentação de todos os documentos elencados nos **subitens 8.8 e 8.9 e 8.10**.

8.7. As horas suplementares eventualmente solicitadas pela Administração, serão faturadas à parte pela empresa, com medição aprovada pela fiscalização do contrato e remuneradas pela Administração, de acordo com a planilha de custos – **Anexo IV** do Edital.

8.8. A contratada deverá entregar à COFOR, no prazo de **15 dias** a contar do término da vigência contratual, cópias dos termos de rescisão dos contratos de trabalho dos prestadores de serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria, quando exigível, acompanhadas das cópias dos termos de quitação e comprovantes de pagamento.

- 8.9. Caso a homologação dos termos de rescisão de contratos não seja exigível, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:
- a) Cópias dos termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, cópias dos termos de quitação devidamente assinados pelos empregados e comprovantes de depósito bancário;
 - b) Cópia da CTPS com registro do encerramento do contrato de trabalho;
 - c) Guia de GFIP – SEFIP completa (acompanhada de RET, RE, comprovante de declarações das contribuições a recolher à Previdência Social e Outras Entidades e Fundos por FPAS e protocolo de envio de arquivos - conectividade social);
 - d) Guia da previdência Social - GPS e o respectivo comprovante de pagamento;
 - e) Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento de FGTS rescisório;
 - f) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e Comprovante de Pagamento;
 - g) Extrato do FGTS referente a todo o período de vigência do contrato de trabalho.
- 8.10. No caso de realocação dos empregados terceirizados, a contratada deverá apresentar os documentos relacionados no **subitem 8.9, alíneas c, d e g**, além de declaração de realocação dos empregados terceirizados e cópia da Relação dos Trabalhadores - RE da GFIP relativa ao novo tomador de serviço.
- 8.11. A eventual edição de nova norma específica do TRE-RJ acerca de liquidação de despesas prevalecerá sobre as regras previstas na presente especificação.

CLÁUSULA NONA - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

- 9.1. Os preços contratados poderão ser repactuados, mediante negociação entre as partes, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 meses, a contar da data do acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta e adotados para elaboração desta.
- 9.2. Ocorrendo a primeira repactuação, o preço será mantido fixo e irrevogável pelo prazo de 12 meses e as repactuações subsequentes só poderão ocorrer obedecendo ao prazo mínimo de 12 meses, a contar do início dos efeitos da última repactuação.
- 9.3. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada da devida justificativa e demonstração analítica da variação dos custos do contrato, por meio da apresentação de planilha de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva de trabalho ou instrumento equivalente, com a comprovação de registro na Delegacia Regional do Trabalho, entre outros, visando análise e aprovação pelo CONTRATANTE.
- 9.4. Por ocasião da repactuação, poderão ser contemplados todos os componentes de custo do contrato que tenham sofrido variação, desde que haja uma demonstração analítica devidamente justificada e comprovada.
- 9.5. A repactuação fundada em aumento de alíquotas de impostos estará condicionada à apresentação da documentação que comprove o alegado aumento, no período pleiteado, devendo ser considerado os dados constantes Escrituração Fiscal Digital.
- 9.6. Não é admitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de qualquer item de custo não previsto nos componentes apresentados originalmente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.
- 9.6.1. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, não incidirá sobre os referidos itens o percentual de lucro previsto na proposta da CONTRATADA e no contrato.
- 9.7. A solicitação do reajuste dos custos de insumos e materiais deverá observar o interregno mínimo de 12 meses, contado da data de apresentação da proposta.
- 9.7.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 meses será contado a partir da data de início dos efeitos do último reajuste.
- 9.7.2. Os reajustes de insumos e materiais (exceto as obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de lei) serão efetuados com base no índice IPCA/IBGE ou, no caso de sua extinção, no índice que venha substituí-lo.
- 9.8. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação ou o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-los, ocorrerá a preclusão do direito, exceto quando inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro à repactuação ou reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO (IMR)

- 10.1. As regras e critérios para medição dos resultados e aferição da qualidade dos serviços estão previstos no item VII do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 As sanções administrativas estão previstas no item VIII do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1. Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8666/1993, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

- 13.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na ocorrência superveniente de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

- 14.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.
- 14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurada à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.
- 14.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da decisão da autoridade competente em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PAGAMENTO DIRETO

- 15.1. A CONTRATADA autoriza à CONTRATANTE a realizar o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas e pagamento direto aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

- 16.1. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

- 17.1. O foro competente será o da Seção Judiciária da Justiça Federal, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 2 vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, de de

Diretor(a)-Geral do TRE/RJ

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1)

2)

LUIS CESAR DANTAS GARCIA
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A) DE LICITAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 12/05/2022, às 10:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2334583** e o código CRC **71B721BA**.
No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.
